

## RESENHA

PERLATTO, Fernando. *A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e sua vocação pública*. Curitiba: CRV, 2016.

### POR UMA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA “FAZEDORA” DE MUNDOS

Diogo Tourino de Sousa\*

Pródigo em interpolações fantásticas e cerebrinas, o escritor Jorge Luis Borges forjou um curioso fragmento, atribuído a um certo Suárez Miranda e sua suposta *Viajes de varones prudentes*, de 1658, ao qual deu o título “Do rigor da ciência”. Numa fração de magia, recorrente nos anos que a sucederam, Borges provoca:

...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e o Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçados Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suárez Miranda: *Viajes de varones prudentes*, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658). (BORGES, 2008. p. 155).

A imagem construída por Borges, de um mapa excessivamente realista e, por conseguinte, inútil, foi originalmente publicada em *Los Anales de Buenos Aires*, em 1946, sendo incorporada, no mesmo ano, em sua *História universal da infâmia*. Parte de uma peça intitulada “Museu” pelo escritor, o trecho passou a integrar seu livro

*O fazedor*, de 1960, obra que Borges reconhece como sendo seu relato mais desordenado e pessoal.

No epílogo redigido para *O fazedor*, datado de 31 de outubro de 1960, o escritor, em tom assumidamente confessional, descreve as armadilhas presentes na tarefa de “desenhar o mundo”. Assim, o homem que se propõe a tanto, ao longo dos anos “povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de ilhas, de peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem do seu rosto” (BORGES, 2008. p. 168). Penso, a partir da provocação de Borges, que aquele que julga representar, com candura ou desfaçatez, é, no limite, um “fazedor” de mundos que nos lega, como produto do seu exercício, um indisfarçável retrato de si.

Nessa direção, a leitura de *A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e sua vocação pública*, de Fernando Perlatto, torna inevitável a lembrança do fragmento interpolado por Borges, tanto pelo desafio enfrentando na construção de um mapa útil, quanto pelo retrato próprio de um autor que julga representar o mundo, mas no limite o fabrica como a mesma imaginação sociológica que pretende descrever, transparecendo seu entendimento acerca do significado da sociologia entre nós. O livro, fruto de sua tese de doutoramento defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), sob a orientação de Luiz Werneck Vianna<sup>1</sup>

\* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (DCS/UFV), mestre (antigo IU-PERJ) e doutor em Ciência Política (IESP/UERJ), atualmente é Assessor Especial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFRJ e coordenador do “Laboratório de Estudos Intelectuais, Democracia e Vida Pública” (CNPq). E-mail: diogotourino@gmail.com

<sup>1</sup> A tese, defendida em 2013, traz o título *Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos* (PERLATTO, 2013).

– igualmente objeto da pesquisa avançada por Perlatto –, traz um virtuoso retrato da sociologia no Brasil, adotando o argumento da vocação pública como direção de um mundo a ser representado, ao mesmo tempo em que denuncia a inscrição dele, o autor, na hipótese que embasa a pesquisa.

O exercício de traçar representações sobre nossa produção intelectual não figura, por certo, como algo novo. São notórios os trabalhos, no plano da sociologia, de Sergio Miceli, *História das Ciências Sociais no Brasil* (MICELI, 2001), ou, mais recentemente, de Glaucia Villas Bôas, *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro* (VILLAS BÔAS, 2006), ambos tomados como ponto de interlocução na pesquisa de Fernando Perlatto. Em direção análoga, o campo da ciência política também se propôs suas representações, conforme a importante pesquisa de Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do pensamento político* (BRANDÃO, 2007), ou o recente esforço de Christian Lynch, “Cartografia do pensamento político brasileiro” (LYNCH, 2016), que traz manifesta a proposta de mapeamento da produção de um determinado campo do conhecimento, em concomitância ao próprio exercício de fundamentação do objeto que pretende descrever.

Todavia, a proposta de Fernando Perlatto é outra. Sem a pretensão de qualquer descrição exaustiva da sociologia no Brasil, o autor persegue um pano de fundo substantivo a partir do qual seja possível representar o modo de fazer específico que nos acompanha. O mapa útil desenhado por Perlatto aponta, assim, como a imaginação sociológica brasileira esteve, ao longo do recorte proposto, constantemente imbricada com desafios prementes da agenda pública do país, traduzindo, a cada quadra representada, “o significado de mais uma etapa da modernização conservadora brasileira” (p. 69). O próprio autor faz questão de nos alertar sobre o caráter não exaustivo e, ao mesmo tempo, intencional da pesquisa, indicando que o “trabalho procura analisar a pesquisa sociológica brasileira, publicada em livros, com a atenção direcionada para o diálogo estabelecido entre esta produção e as transformações que tiveram curso no Brasil entre 1940 e 2012” (p. 10).

A adoção de determinados marcos

cronológicos não é ingênua. Precisamente por isso exige justificativas, não no tocante ao seu elemento de “verdade”, mas apenas com o propósito de manifestar suas intenções. Sabemos, há muito, que o campo das ciências sociais no Brasil lida com uma incômoda proposta de periodização, encontrada, inclusive, no clássico trabalho organizado por Miceli (2001). Nela, as décadas de 1930 e 1940 despontam como marcos da passagem de interpretações do Brasil produzidas de forma ensaística e pouco rigorosa, para o surgimento dos modernos métodos de pesquisa e dos estudos conformados pelo rigor científico. Isso faria com que a sociologia no Brasil, para tomarmos o objeto de Fernando Perlatto em particular, convivesse com uma espécie de “pré-história” disciplinar, onde clássicos como Tavares Bastos, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, por exemplo, figurassem em patamares outros ao que viria a ser produzido em fase posterior ao surgimento das ciências sociais nas Universidades e Institutos de pesquisa. Mesmo Gilberto Freyre, e seu notório *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933, padeceria, de acordo com a marcação tradicional, da infelicidade apontada por Wanderley Guilherme dos Santos de ter nascido na década errada, habitando o “passado” da imaginação nacional, condenado ao desmerecimento de qualquer exame mais detido dos seus argumentos pelas ciências sociais institucionalizadas (SANTOS, 1970).

Tal periodização vem sendo duramente questionada em anos recentes. Prova disso é a síntese operada por Elide Rugai Bastos e André Botelho, presente no projeto *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*, coordenado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Em seu balanço, Bastos e Botelho adotam a ideia de “formação” do pensamento social brasileiro como proposta de pesquisa – em clara alusão ao que Antonio Candido operou na construção de seu inventário sobre a literatura nacional (CANDIDO, 2007) –, justificando sua escolha pela intenção de “mostrar, diferentemente de grande parte das teses sobre o assunto, a não existência de rupturas essenciais (ou de natureza?) entre os denominados *ensaios de interpretação do Brasil* e os *estudos científicos sobre a sociedade*, produtos da reflexão que se

dará na universidade” (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 478. \*grifos do original).

Perlatto parte de proposta análoga. Seu recorte, nada ingênuo, concentra a atenção na produção sociológica brasileira em livros entre 1940 e 2012, aceitando a ideia de que o modo de fazer sociologia sofreu significativas transformações em decorrência do processo de institucionalização da disciplina entre nós, mas recusando qualquer ruptura essencial ou de natureza. Segundo o autor, “um esforço analítico no sentido da reconstrução da imaginação sociológica no Brasil não pode ignorar o fato de que houve mudanças significativas nas características da produção de trabalhos de sociologia após a institucionalização da disciplina nas universidades, a partir dos anos 1940, quando elas passaram a adquirir novos direcionamentos” (p. 157). A própria ideia de institucionalização acompanha toda a pesquisa que embasa o livro, mostrando como o incremento quantitativo da produção sociológica, e mesmo sua diversidade temática, logrou sucesso ao longo das décadas pesquisadas (1940 a 1964; 1965 a 1988; e 1989 a 2012), culminando no surgimento “de pesquisas empíricas bem fundamentadas, características de uma sociologia profissional cada vez mais institucionalizada” (p. 155).

Nesse sentido, atrelada a proposta de mapeamento das questões gerais que mobilizaram a reflexão sociológica no recorte proposto, em atenta conexão com a agenda pública e as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira, Perlatto parte do entendimento, compartilhado com Karl Mannheim, de que seus marcos históricos intencionais traduzem determinadas “comunidades de experiência”, “delimitando horizontes e perspectivas compartilhadas em torno dos quais os sociólogos brasileiros construíram suas respectivas imaginações sociológicas” (p. 12).

São precisamente tais “perspectivas compartilhadas” que permitem o entendimento dos sociólogos como “fazedores” de mundo. Algo que se destaca na abordagem pela imaginação nacional de temas caros ao processo de modernização entre nós, como, por exemplo, na descrição do autoritarismo, do papel dos movimentos sociais na emergência da sociedade civil, ou na reconstrução da democracia nos anos

1980. Mais ainda: fruto da mesma cepa, Fernando Perlatto, ele próprio, “fabrica” seu entendimento sobre o que é a sociologia, passando a compor a mesma imaginação que pretende descrever e acusando, por sua vez, os esgotamentos e a necessidade de superação que o debate em torno da vocação pública traduz em contexto global (BURAWOY, 2009). Sobre esse aspecto, o autor é contundente: “Procurando relacionar a produção das pesquisas com a conjuntura mais geral vivida pelo mundo e pelo país ao longo desses anos, busquei ilustrar de que maneira os sociólogos no Brasil empreenderam investigações importantes orientadas para descortinar e iluminar processos fundamentais em curso na sociedade” (p. 158).

Há duas referências incontestes no trabalho. Por um lado, o argumento provocativo de Michel Burawoy acerca da vocação pública da sociologia, ou da necessidade de sua retomada (BURAWOY, 2009). No debate proposto, é a capacidade de tornar públicos problemas privados que constituiria um modo de regenerar a fibra moral da sociologia – perdida, segundo diagnóstico específico sobre o contexto norte-americano –, reivindicando o necessário engajamento da disciplina no campo da cultura e da sociedade sem, no entanto, comprometer a objetividade científica.

Por meio das questões “sociologia para que” e “sociologia para quem”, Burawoy atenta para a chance de recuperarmos a própria ideia de público, corrompida ante o avanço do mundo do mercado, enfatizando a defesa de valores humanos no aprimoramento das relações sociais, no reconhecimento da singularidade cultural dos povos, na valorização da diversidade religiosa e na adaptação aos temas presentes na agenda contemporânea, sempre tendo em vista a necessidade de repensarmos os processos de exclusão e inclusão social gestados no mundo contemporâneo.

Contudo, o próprio Burawoy reconhece a demarcação do problema por ele denunciado. Em uma de suas teses, intitulada “Provincializando a sociologia americana”, o autor admite o constante engajamento da sociologia com públicos diversos e com questões públicas prementes em outras experiências nacionais, como o exemplo da África do Sul e o inescapável entrelaçamento da sociologia com as lutas *anti-apartheid*, que teria,

no entanto, arrefecido em anos recentes. Ao que Burawoy conclui: “A desmobilização da sociedade civil andou *pari passu* com uma mudança da sociologia – da reflexiva para a instrumental” (BURAWOY, 2009, p. 56).

Esse diagnóstico, que situa a necessidade de recuperarmos a sociologia pública, e mesmo seu vigor em contextos de baixa mobilização da sociedade civil, remete, por outro lado, ao segundo referencial presente na pesquisa de Perlatto. Trata-se do reconhecimento da constância de uma vocação pública na sociologia brasileira, operado, de forma precisa, por Maria Alice Rezende de Carvalho (2007). A discussão deste argumento, realizada com mais vagar na tese que deu origem ao livro (PERLATTO, 2013), permite com que Perlatto nos apresente uma pesquisa produtiva para a reflexão sociológica ontem e hoje. Isso porque, ao mesmo tempo em que seu inventário da produção sociológica brasileira evidencia o “provincianismo” denunciado por Burawoy acerca da sociologia norte-americana, ele possibilita com que identifiquemos os desafios particulares da intelectualidade nacional. Em outras palavras, a leitura do livro de Perlatto produz alguns questionamentos em aberto: se Burawoy reclama a necessidade de retomada de uma sociologia pública em seu país, admitindo, por certo, sua influência global, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo sua constância em outras experiências nacionais – como os casos da África do Sul, por ele lembrado, e do Brasil, por Perlatto descrito –, há, entre nós, algum impasse a ser superado? Em suma, sendo a vocação pública nossa marca, quais são os desafios dela decorrentes?

Rezende de Carvalho descreve, em artigo que anima a pesquisa de Perlatto, uma inteligência que encontra, porque não, no orientador da pesquisa em discussão um exemplar bem-acabado. Werneck Vianna, parte substantiva dessa segunda referência inescapável – como objeto, mas, sobretudo, como vocação –, é marca de uma inteligência conformada segundo a íntima proximidade estabelecida com o público e as discussões acerca do interesse comum.

Em perspectiva histórica ampliada, a autora nos mostra como mesmo tendo que se adaptar a diferentes soluções institucionais ao longo da trajetória de modernização do país – como as Academias e as Universidades<sup>2</sup> –, a organização da atividade intelectual no Brasil demonstrou, desde seus momentos iniciais, esse interessante padrão de continuidade percebido por Perlatto a partir de 1940. Assim, ao passo em que a monarquia brasileira adotou a atividade intelectual como parte constitutiva do seu poder, conferindo-lhe uma evidente dimensão pública e destaque para os “temas da política, da institucionalização dos mecanismos de poder e de ordenação do mundo público”, a república voltou-se

para a sociedade, para as relações mediadas pelo mercado e para os padrões de diferenciação social que operam na estrutura da ordem moderna, sem, no entanto, extrair a experiência dos publicistas, [...] cuja autonomia derivava de sua peculiar inscrição social, como membros de uma elite sem amarras no mundo mercantil [...] portadores de uma representação do país fortemente encapsulada por categorias e esquemas mentais do período anterior (REZENDE DE CARVALHO, 2007, p. 20-21).

Nesse sentido, a permanência dessa vocação, apontada na organização da inteligência brasileira por Rezende de Carvalho, é recuperada analiticamente por Perlatto no exame da produção em livros pela sociologia no país. Ainda que não exaustiva, a pesquisa realizada encontrou 1.865 obras escritas no campo da sociologia brasileira (PERLATTO, 2013), que foram categorizadas em temas dominantes segundo nosso processo de modernização. Parte do trabalho, radicada no produtivo diálogo entre história e ciências sociais, foi a de contextualizar os períodos recortados para a análise, identificando, com efeito, os desafios enfrentados pelo país nas respectivas quadras históricas.

Perlatto elenca, assim, 12 temas por meio dos quais enquadra a imaginação sociológica e sua íntima relação com os problemas públicos

2 Rezende de Carvalho (2007) discute a organização dos intelectuais no Brasil identificando três eras organizacionais distintas: além das Academias e Universidades, a autora inclui as Organizações não-governamentais como mostra da tentativa contemporânea da inteligência nacional de se adaptar às exigências da nova ordem globalizada. Com isso, ela defende a tese da permanência da vocação pública na atividade intelectual no país até os anos recentes.

nos três períodos recortados na análise: [i] entre 1940 e 1964, surgem trabalhos que discutem a questão racial, a modernização e a mudança social, os dilemas educacionais, e a “revolução brasileira”; [ii] entre 1965 e 1988, as temáticas adotadas na construção de um mapa sobre nossa imaginação sociológica são a relação entre Estado e movimento operário, as contradições do desenvolvimento e as características da revolução burguesa brasileira, a consolidação da indústria cultural, e a redemocratização e a ascensão dos movimentos sociais; e, por fim, [iii] entre 1989 e 2012, data em que encerra a pesquisa do doutoramento que deu origem ao livro, quatro questões ganham relevância na sociologia brasileira representada pelo autor, a saber, a construção da democracia, as reformas trabalhistas, a violência, e a urbanização.

Ao longo do seu inventário se destacam nomes como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Octavio Ianni e do seu próprio orientador, Luiz Werneck Vianna, apenas para retermos alguns exemplos de um fazer profissional talhado para a vocação pública.

A tentação intuitiva e, porque não, injusta num primeiro encontro com o livro de Perlatto é apontar suas ausências. Qualquer levantamento nesse sentido despertaria a mesma impressão. No entanto, a provocação inicial de Borges aqui mobilizada retorna uma vez mais: o mapa proposto pela pesquisa não sustentou pretensões realistas, mas sim foi construído para consubstanciar um argumento em particular sobre nossa imaginação sociológica. Os temas que Perlatto identificou são analíticos, visto que presentes no processo de construção da moderna sociedade brasileira, mas compõem, o que não diminui sua relevância, um quadro “fabricado” sobre nossa sociologia, como o próprio autor admite: o “objetivo de mobilizar esses debates sobre diferentes temáticas foi o de reforçar a percepção do quanto a imaginação sociológica brasileira [...] procurou compreender questões relevantes da agenda pública do país” (p.114) nas conjunturas específicas enquadradas na pesquisa.

Algo que fica mais evidente quando, “desprotegido” pela proximidade geracional, o livro conforma a produção da sociologia no período de 1989 a 2012. É nesta fase em que nós,

leitores presentes, somos convidados a acusar, de forma ainda mais injusta, mas honesta, suas ausências. Digna de elogio é, novamente, a coragem do autor em definir, ele próprio, um mapa cada vez mais contemporâneo para nossa imaginação sociológica a partir das linhas gerais apreendidas no contexto: “Visto a partir de uma perspectiva mais ampla, esse foi o período marcado pelo fortalecimento das instituições democráticas brasileiras e de melhoramento considerável das condições de vida da população [...] Contudo, esses também foram os anos caracterizados pela permanência da abissal desigualdade social, pelo enfraquecimento dos bens públicos [...] pela precarização das relações de trabalho, pelo aumento da violência e do caos urbano, e pela fragmentação do tecido social brasileiro” (p. 117). A imaginação sociológica aqui, novamente, se deteve nos problemas públicos.

Algumas questões, porém, merecem cuidado na leitura da obra, mesmo não sendo parte da intenção do autor. A primeira delas é com relação ao próprio recorte, não temporal, mas de campo do conhecimento. Ainda que o período pós-1940 marque o princípio do processo de institucionalização da sociologia como disciplina universitária, processo que avança ao longo da segunda metade do século XX, o modo confuso como as áreas do saber que compõem as ciências sociais se relacionam num primeiro momento não pode ser completamente ignorado. Falo especificamente do que Renato Lessa, ao discutir a ciência política em particular, chamou não de conhecimento interdisciplinar ou transdisciplinar, mas sim de conhecimento “pré-disciplinar”, apontando, precisamente, como uma marca de origem a ser resgatada contra a compartimentalização dos saberes (LESSA, 2001). Exercício que pode, sem maiores esforços analíticos, ser exemplarmente encontrado em *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, originalmente publicado em 1958, e posteriormente em 1975, ambos períodos cobertos pelo trabalho de Perlatto, e que recorre, sem pudor, aos campos da história, sociologia, antropologia, ciência política, filosofia, dentre outros, para fabricar de uma poderosa interpretação sobre o Brasil.

Seguramente não compõe seu objetivo

segmentar as áreas das ciências sociais. Entretanto, a leitura do livro, agora mais do que intuitiva, e mesmo pela qualidade de sua análise, faz com que tais ausências permaneçam como uma curiosidade que poderia, com rigor inteligível, ser satisfeita. Em suma, mesmo que a proposta da pesquisa não tenha sido um mapa ponto a ponto com a realidade, e precisamente em decorrência do seu reconhecimento intencional, algo mais poderia compor o rol daquilo que o autor largamente apreende como “imaginação”.

A segunda questão que merece cuidado advém do exercício de contextualização das quadras históricas em análise. Em vários momentos, Perlatto, no afã de justificar sua hipótese acerca do entrelaçamento entre imaginação sociológica e problemas públicos, produz frases como “os sociólogos brasileiros mostraram-se responsivos em relação a essa agenda de mudanças, procurando não apenas diagnosticar [...] mas apontar as contradições” (p. 104). Digo isso porque entendo que, na linha da provocação interposta por Borges, parte dos problemas públicos que Perlatto identifica na agenda brasileira foram lá implantados pela própria imaginação sociológica.

O autor bem sabe disso. Não por acaso, ao retratar momentos outros dessa mesma imaginação, o livro indica que a produção sociológica “teve o mérito não somente de ampliar a agenda pública em torno de reflexões sobre a questão democrática para além do debate institucional, inserindo em seu cerne a temática da sociedade civil, mas também de contribuir para chamar a atenção para a necessidade de se pensar as dinâmicas de participação e deliberação como elementos fundamentais para a consolidação da democracia no país” (p. 128). Daí o tom que insisto ser mais o de cuidados necessários em sua leitura, e menos de reparações ao que a pesquisa propõe.

Isso porque, penso que a maior virtude da obra é chamar a nossa atenção para o lugar e a relevância dos intelectuais no processo de construção de uma sociedade mais democrática. No presente, a centralidade desse exercício parece afetada e a pesquisa de Perlatto, ao focar nossa constância, serve de ânimo para os desafios que seguem postos na agenda pública do país. Explico o ponto, novamente recorrendo

ao passado, mas endossando a hipótese da não ruptura de essência ou natureza entre o período pré-1940 e as décadas cobertas pela pesquisa que embasa o livro.

Ao interpretar o papel da intelectualidade nacional no contexto da Revolução de 1930, Rezende de Carvalho afirma que à época a *intelligentzia* “organiza debate público e institui o campo semântico em que ele se dá, seleciona temas e constitui interlocutores” (REZENDE DE CARVALHO, 2001, p. 95). De forma análoga, penso que a leitura do livro de Fernando Perlatto nos mostra como a imaginação sociológica no país avançou precisamente essa tarefa: além do necessário diagnóstico, o inevitável prognóstico acerca do que fazer. Nossa sociologia “fabricou” uma mesma agenda pública que, de alguma forma, interpretou. Essa é, por certo, a imagem geral do mapa que o livro nos lega, conforme seu autor assevera: “A análise da trajetória da sociologia no Brasil construída ao longo deste livro e ancorou na crença quanto à importância da imaginação sociológica, pensada em um sentido mais amplo, para os dias atuais. Em um contexto caracterizado pela crescente especialização do conhecimento e pela hegemonia dos discursos tecnocráticos, de um lado, e pela exacerbação dos conflitos, manifestações de preconceito, intensificação do individualismo, e eclosão de disputas entre diferentes grupos sociais e políticos, de outro, a sociologia pode contribuir para ampliar a reflexividade crítica e a comunicabilidade social em torno de determinadas temáticas que afetam direta ou indiretamente as sociedades, sejam elas autoritárias ou democráticas. A imaginação sociológica, nesse sentido, pode auxiliar na criação de uma espécie de linguagem pública comum a partir da qual os indivíduos procurem compreender, refletir, dialogar, divergir e construir consensos sobre distintas questões relevantes da sociedade contemporânea” (p. 158).

Assim, Perlatto não produziu um mapa realista. Pelo contrário, produziu um mapa inteligível. E no caminho, como bom “fazedor” de mundos, transpareceu, com candura ou desfaçatez, seu rosto. Este não poderia ser outro que não o da vocação pública, por ele descrita, defendida e exercida.

## REFERÊNCIAS:

- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BORGES, Jorge Luis. *O fazedor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 15-66.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- LESSA, Renato. Como se pensa? *Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 43-86, 2001.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 75-119, abr. 2016.
- MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. 2.ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
- PERLATTO, Fernando. *Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- \_\_\_\_\_. Temas sobre a organização dos intelectuais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 22, no. 65, pp. 17-31, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Dados*, n. 7, p. 137-161, 1970.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

